

1.

A produção social do espaço em Manguinhos

Manguinhos ou Complexo de Manguinhos é a escolha para uma reflexão sobre a produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro. A bibliografia sobre favelas, o cotidiano de conversas e o trabalho de campo em Manguinhos apontam para um espaço multidimensional que funciona e se organiza em escalas locais e globais e em variadas dimensões.

O espaço é fruto da ação do interno e do externo (Santos, 1994) um sistema aberto, inter-relacionado (Massey, 2008) e fluido onde os vestígios presentes na paisagem refletem as práticas espaciais ocorridas no lugar, mas também na cidade, no país, no mundo. A produção do espaço em Manguinhos expressa os usos diferenciados da lógica desenvolvimentista do capital, baseados na tríade desenvolvimento-modernidade-ocidente (Rua, 2007) que atravessou todo século passado e ainda influencia os modelos de cidade no Brasil.

É, portanto um contraponto ao senso comum que se desenvolveu ao longo da produção do espaço urbano, e que produziu o mito da favela (Valladares, 2005) como lugar exclusivo de desordem, perigo e carência. Entretanto, apesar do que se naturalizou no senso comum, “favela não é periferia nem está à margem” (Alvito, Zaluar, 2003).

A favela é a cidade e a cidade é a favela. As políticas ao não incorporarem essa complexidade, não enfrentaram as contradições que são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que produzem de forma intensa e extensa rebatimentos na produção do espaço urbano. O cotidiano das cidades, sobretudo as grandes e médias, são marcados por fragmentações, exclusões e desigualdades sociais.

O combate à dicotomia parece-nos ser tarefa de grande valia na pesquisa, pois tal qual sugere Harvey (2004), é mister garantir a não cisão entre “corpo e globalização”. Isto é, perceber que existem conexões entre as realidades locais ou particulares e aquelas mais distantes, de macro-escalas (globais). Ou mesmo parafraseando Lefebvre (1969), não podemos admitir cisões entre a vida e a arte,

entre material e imaterial, entre pequeno e grande ou mesmo entre o certo e o errado.

Lefebvre (1991), Santos (1996) e Morin (2002) são algumas das referências para entendermos que a favela não pode ser vista e percebida apenas na sua singularidade, mas a partir do conjunto de relações em que está inserida; enfim, a partir da cidade e das relações que dela são produzidas.

1.1.

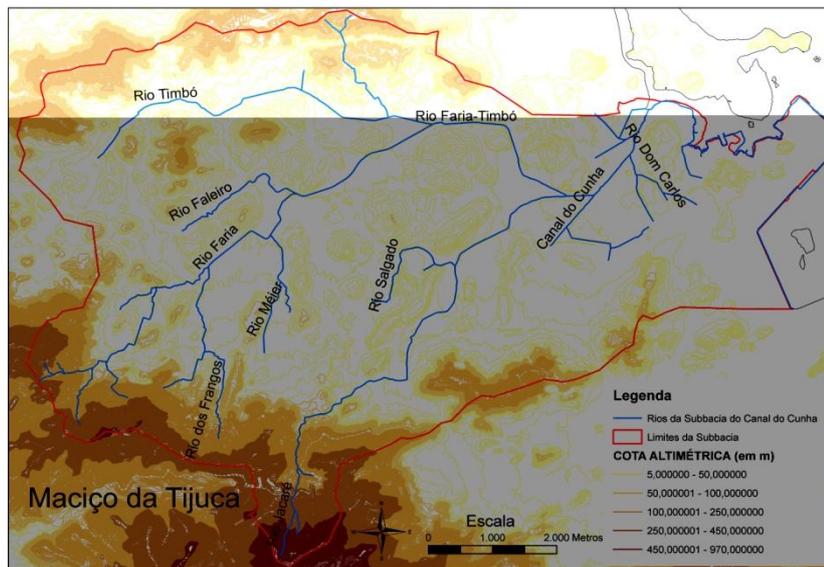
As contradições presentes na produção do espaço em Manguinhos

A área de estudo localiza-se numa sub-bacia da Baía de Guanabara - a do Canal do Cunha. Do ponto de vista geomorfológico, trata-se de uma bacia sedimentar formada na era cenozóica, constituindo-se numa planície aluvial, ou seja, baixada, com altitude em torno de zero metro, o que contribui para a ocorrência de enchentes. Segundo Lâmega (1976), o solo é constituído de sedimentos recentes, apresentando grande reentrância, formada provavelmente por uma deformação tectônica e modelada pela erosão fluvial, quando o nível do mar esteve muito mais baixo do que atualmente se apresenta.

A Baía de Guanabara, que constitui o mais importante acidente geográfico da costa, teve sua origem em grandes abatimentos de parte da região, que provocaram o afundamento da área então existente entre os maciços litorâneos que os rodeiam. Essa área foi posteriormente invadida pelo mar, ocasionando assim a presença da baía”. (IBGE/1976).

Seus principais rios são o Timbó, o Faria e o Jacaré, todos com desembocadura na Baía de Guanabara (mapa 1). Esses rios apresentam-se muito degradados sendo utilizados para despejos de resíduos industriais e domésticos. A maior parte dos trechos desses rios foram canalizados, atravessam áreas densamente povoadas, além de Manguinhos, outros bairros como Piedade, Lins de Vasconcelos, Engenho de Dentro, Inhaúma, Maria da Graça e São Cristóvão, todos localizados no município do Rio de Janeiro.

MAPA 1.1: Sub- Bacia do Canal do Cunha



Fonte: IPP- Instituto Pereira Passos/ Agenda 21- COMPERJ/2008

O processo de ocupação urbana, a poluição e o assoreamento dos rios, a retirada da cobertura vegetal são alguns dos fatores que contribuem para intensificar a problemática ambiental dos bairros que compõem essa sub-bacia. A frequência com que acontecem as inundações em períodos de chuvas, indica por um lado a inexistência de um sistema eficaz de drenagem pluvial, e por outro a interrupção dos caminhos naturais das águas.

A sub-bacia do Cunha encontra-se na confluência de quatro áreas das cinco áreas de planejamento (AP) nas quais se divide o Rio de Janeiro. A área, onde se localiza o objeto desse estudo é a AP3 - Norte, onde a ação do poder público vem facilitando a degradação ambiental (tabela 1.1).

Tabela 1.1: Dados comparativos das áreas de Planejamento (AP) do município do Rio de Janeiro

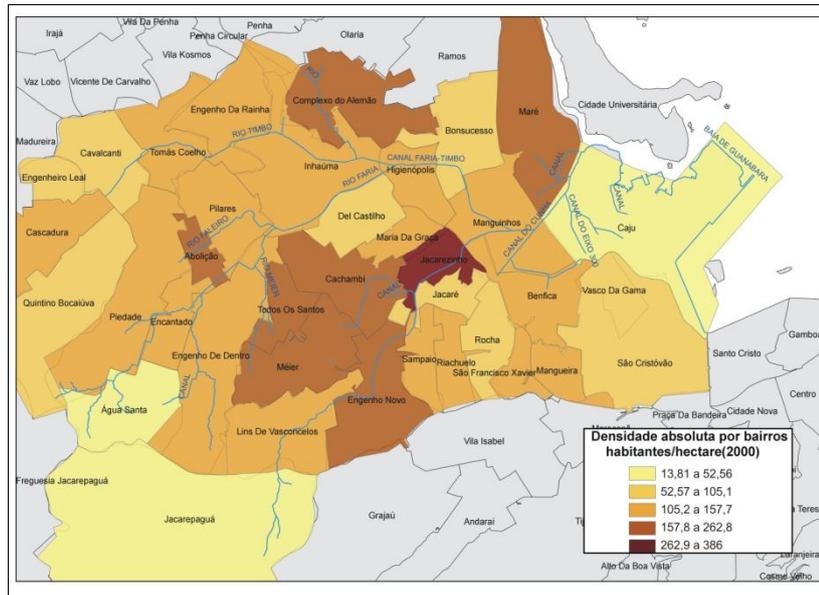
Áreas de planejamento	População 1991	População 2000	Área territorial (1)	Densidade Demográfica Bruta 1991 (Hab/ha)	Densidade Demográfica Bruta 2000 (Hab/há)
AP1	303 695	268 280	3 439,52	88,30	78,00
AP2	1 034 612	997 478	10 043,37	103,01	99,32
AP3	2 323 990	2 353 590	20 349,14	114,21	115,66
AP4	526 302	682 051	29 378,34	17,91	23,22
AP5	1 292 179	1 556 505	59 245,71	21,81	26,17

Fonte: PCRJ, Instituto Pereira Passos (IPP) Ano 2000

O Complexo de Manguinhos está localizado na área de planejamento municipal número três (AP3). Essa área de planejamento congrega nove regiões administrativas que corresponde a 50% dos bairros do Rio de Janeiro e abriga 42,4% da população carioca, resultando na maior densidade demográfica do município, em torno de 118 hab/km². Concentram-se aí 39,88% do total de domicílios do Rio de Janeiro, deste total 41,6%, são considerados como de baixa renda.

A área de planejamento 3 (AP3) possui 297 favelas, o número maior da cidade. O grande número de favelas nessa região indica, dentre outros aspectos, a concentração da pobreza e das desigualdades em maior escala na região da zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

Mapa 1.2: Densidade demográfica - Área de Planejamento 3



Fonte: Instituto Pereira Passos - Ano: 2000

O termo Manguinhos se constitui numa derivação de manguezal. Esta região era um manguezal que foi sendo destruído desde o final do século XIX em decorrência da compreensão que se tinha de desenvolvimento econômico estabelecidas pelas políticas, que não foram capazes de conter o dano ambiental.

“Os mangues, situam-se em terrenos juntos à costa, principalmente na embocadura de rios. Essas áreas são sujeitas às inundações das marés e o solo é constituído de vasas (lamas) depositadas recentemente (quaternário). Tem um aspecto arbustivo/arbóreo, bastante intrincado, devido ao emaranhado de raízes aéreas e respiratórias, as quais servem para sustentação do vegetal na lama e para obtenção de oxigênio, já que o solo lamacento e pastoso é sede de processos de decomposição, resultando em formação de gases e de uma película superficial que impede o contato do oxigênio com a água.” (IBGE/Boletim Geográfico, 34 /248:61)

Os manguezais do estuário de Manguinhos ocupavam uma superfície total de 4,0 Km². Esse espaço era também conhecido como o conjunto da enseada de Inhaúma e possuía o cenário comparado a um paraíso tropical - um conjunto de ilhas tropicais cobertas por um denso arvoredo, rodeada por praias arenosas e manguezais.

O Estuário de Manguinhos, um dos mais extensos da Guanabara, era até a década de 20 um ambiente natural, orlado de manguezais, canais meândricos de marés, praias e ilhas paradisíacas. Era freqüentado por uma riquíssima fauna de aves, que incluía guará, colhedeiros, biguás e irerês. O conjunto do ecossistema assegurava uma elevada produtividade biológica, sendo enormes os cardumes de camarões, sardinhas, corvinas, xaréus e outro peixes que eram avidamente procurados pela Colônia de Pescadores do Caju. (Amador, 1992)

Em que pese toda a degradação ambiental, devemos destacar que até a primeira metade do século XX encontramos registros de famílias da região que ainda se banhavam nas águas da Baía (Estuário de Manguinhos) assim como é possível identificar atividade geradoras de renda através da pesca. Infelizmente hoje está é a região mais degradada de toda Baía de Guanabara.

O Estuário de Manguinhos foi todo destruído no século XX e a maior parte dos aterros aconteceram pela Empresa Melhoramentos. A construção do Instituto Manguinhos - Instituto Oswaldo Cruz, junto ao Porto de Inhaúma, foi a primeira grande construção na região cujo acesso acontecia de trem do Ramal da Leopoldina (estação do Amorim) ou de barco pela Baía de Guanabara.

Como o objetivo expandir a indústria diversos projetos de aterramento do estuário foram executados e a abertura da Avenida Brasil permitiu uma maior circulação de mercadorias e pessoas, transformando a região em zona industrial e também proletária, pois segundo Amador,

A estagnação da agricultura, o latifúndio, a construção da Rio-Bahia e ainda as secas crônicas no Nordeste, combinadas com a atração que as indústrias em desenvolvimento passaram a exercer, acarretaria um movimento migratório sem precedentes, provocando uma intenso processo de favelização.

A Avenida Brasil foi aberta em terrenos que cruzavam diversos rios que se juntavam numa única saída, a Baía de Guanabara, e freqüentes inundações ocorrem nessa área atualmente em decorrência disso. Muitas indústrias foram se instalando em Manguinhos e também se espalhando para outros bairros do subúrbio. A instalação da Refinaria de Manguinhos, a primeira refinaria de petróleo da baía de Guanabara, se caracterizou como a atividade mais poluidora a contaminar o que sobrara do estuário.

Manguinhos atualmente se constitui num complexo com cerca de doze a dezesseis favelas. Presentes no espaço urbano a mais de um século, marcando

presença, mal vistas e admitidas como problema, as favelas constituem um fenômeno urbano sob várias escalas e diversificadas dimensões. Reflete dominação, subordinação, exploração, resistência, luta, insistência, cooperação, conflito, presença, pois revelam a heterogeneidade da produção do espaço urbano.

As favelas são vistas como estando fora da constituição da cidade (não-cidade, cidade informal, à margem, periferia, etc.). Um “outro” que se encontra fora da lógica instituída, dentro de uma perspectiva dicotômica, que concebe duas cidades, portanto suscitam que haja duas realidades, dois tratamentos, duas lógicas, duas políticas.

Produto de interações do local ao global, resultante dos processos históricos integrados e indissociáveis, a cidade é uma totalidade de contradições, de conflitos, encontros e desencontros. As favelas não se traduzem em outsiders¹, ao contrário, elas compõem esse mosaico de desenvolvimento produzido no espaço que é desigual; bem como sugere Morin (2002), o todo está na parte que está no todo.

Lefebvre (1991) contribui com essa discussão ao assinalar que as práticas espaciais são constituídas de espaços de representação e representações do espaço. As relações entre os sujeitos envolvidos nem sempre resultarão na aplicabilidade das soluções que visem os anseios da maioria, pois o espaço urbano está constituído por um jogo de interesses entre os seus sujeitos, fruto das relações simbólicas e contraditórias do capitalismo em suas múltiplas facetas. Portanto, vivenciamos uma tensão permanente no espaço, que tem produzido, simultaneamente, fragmentação e hierarquização.

Numa correlação com o texto “A geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Urbanas” de Cosgrove (1998, p. 115), diríamos que a paisagem urbana de Manguinhos pode ser lida como uma declaração da cultura

¹ O termo é utilizado por Elias e Scotson no livro “Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder em uma Comunidade”, para definir as relações entre os indivíduos e como se constituem identidades sociais, onde os indivíduos que fazem parte de uma mesma comunidade estão ao mesmo tempo unidos, mas separados por uma relação de interdependência grupal. Essa comparação nos sugere, em diferente escala e dimensão, caminhos para refletirmos a dicotomia expressa na concepção cidade x favela, pois a superioridade social e moral, o pertencimento e a exclusão são elementos da sociedade e que entre os estabelecidos e os outsiders, na esfera social, exemplificam relações de poder.

política brasileira escrita no espaço. Entendendo paisagem não a partir de afirmações estáticas e formais, mas a partir dos valores culturais que elas celebram e que estão inscritos, portanto numa perspectiva de poder, onde as diferentes formas de cultura e de poder construíram os valores inscritos nessa paisagem.

O Complexo de Manguinhos ao longo de cento e doze anos, desde a formação da primeira favela – Amorim, 1901 –, pode ser utilizado para entendermos os processos urbanos ocorridos no Rio de Janeiro como um sistema aberto, correlacionados e dentro de um mesmo desenvolvimento, que segundo Harvey (1996; 2005), é desigual, geográfico e combinado. Manguinhos está no Rio de Janeiro assim como o Rio de Janeiro está em Manguinhos.

O espaço é um meio de produção e reprodução do capital, ou seja, na sociedade capitalista é o meio através do qual a força de trabalho produz mercadorias, conseqüentemente mais-valia e sua incorporação ampliada ao capital. Além de ser um meio de produção, o espaço é também um meio de controle e, portanto de dominação e poder. Será na relação entre as forças geradoras desse espaço e a dinâmica social que impede seu domínio completo, que ocorrem as práticas espaciais e as representações do espaço.

Ao afirmar que o urbano é resultado de uma teoria do espaço, Lefebvre (2004) destaca sua importância na mediação das relações sociais de produção. Trata-se de um objeto de consumo, um instrumento político, um elemento da luta de classes. Ou seja, o espaço é um elemento das forças produtivas da sociedade, especialmente através de suas formas.

As abordagens de Lefebvre (2004) sobre o espaço estão consubstanciadas em três questões centrais. São elas: (i) o estatuto teórico do espaço; (ii) o espaço mental (percebido, concebido e representado) e; (iii) o espaço social (construído, produzido, projetado, enfim o espaço urbano), que estão organizadas em quatro hipóteses.

Na primeira hipótese, o espaço aparece de forma pura, excluindo as ideologias, separado de todo conteúdo, o espaço é a essência. A objeção de Lefebvre é que esta concepção pura do espaço elimina o tempo histórico.

Na segunda hipótese, o espaço mental aparece como um produto da sociedade e depende principalmente da descrição empírica antes de qualquer teorização. O espaço percebido, concebido e representado é considerado importante enquanto um produto histórico, o lugar que materializa relações e reúne os seus resultados.

A terceira hipótese considera o espaço como um meio, um instrumento, uma ferramenta de mediação. O espaço é um instrumento político controlável, do Estado, de uma classe dominante ou dos tecnocratas, mas também realiza uma função, a da reprodução da força de trabalho pelo consumo. Na quarta hipótese, o espaço não é apenas um objeto, ou uma mercadoria, ou sequer um instrumento – disse Lefebvre. O espaço não é o lugar da produção de coisas, mas da reprodução das relações sociais.

A produção do espaço urbano é resultante de construções históricas, produto das relações sociais. Dentro dessa perspectiva o espaço urbano é ordem próxima e distante² ao mesmo tempo, onde valores são produzidos pela complexa interação de todos, na vivência diária. Trata-se da dialética entre valor de uso e valor de troca, que produz tanto espaço social de uso quanto um espaço abstrato de expropriação, dominação.

Nessa dimensão encontraremos diálogo com Massey (2008). Ela aponta três proposições fundamentais sobre o espaço: (i) o espaço é produto das inter-relações, relações estas que vão desde o global até o local; (ii) o espaço é onde é possível a multiplicidade, ou seja, o lugar da coexistência de diversas trajetórias; (iii) o espaço está em constante construção, sendo um sistema aberto.

²O próximo e o distante na obra de Lefebvre referem-se não a quantidades, mas a qualidades. Qualidades que expressam diferenças em termos de escalas, esferas e formas de representação e (re)produção do espaço social, que representam uma retomada da contradição latente entre o valor de uso e o valor de troca, entre a apropriação social, o vivido e a dominação, o concebido; entre o hegemônico e o não-hegemônico. Contra a subsunção do espaço absoluto pelo espaço abstrato do capitalismo.

A correlação espaço-tempo é o diferencial nas análises de mudanças sociais que ocorrem em diferentes dimensões e escalas, pois o espaço social é decorrente da interação homem-meio e homem-homem, tratando-se de interações indissociáveis, constituídas dialeticamente num processo que produz espacialidades e temporalidades.

A espacialidade metropolitana brasileira, durante todo século XX, esteve associada aos interesses de setores hegemônicos, que redefiniram a lógica de uso da tessitura urbana sob a ótica da especulação e, portanto, da mercantilização da terra urbana. A formação de grandes parcerias entre poder público e empresas privadas na “administração” do espaço, na condução das políticas públicas, produziram uma diferenciação dos usos com privilégios para as camadas mais ricas da população e a formação de extensas áreas empobrecidas, como, por exemplo, os espaços favelizados.

A espacialidade metropolitana brasileira sempre esteve associada aos interesses de setores hegemônicos, que (re)definiram a lógica de uso da tessitura urbana. A Tabela 1 assegura maior percepção acerca da formação e expansão territorial de Manguinhos.

Tabela 1.2: Ocupação e expansão do Complexo de favelas de Manguinhos

Favela e/ou Conjunto habitacional	ANO DE OCUPAÇÃO	FORMAÇÃO
Parque Oswaldo Cruz (Morro do Amorim)	1901	Ocupação no entorno do Instituto Oswaldo Cruz (hoje FIOCRUZ) por trabalhadores do instituto.
Parque Carlos Chagas (Varginha)	1941	Ocupação e construções de palafitas às margens dos rios Jacaré e Faria-Timbó
Parque João Goulart	1951	Ocupação realizada próxima a tubulação de água da CEDAE e as redes de transmissão da Light. Migrações de outras áreas da cidade, sobretudo da zona sul, e de outras áreas do estado, em função da conjuntura política. A proximidade do local de trabalho

		foi um grande atrativo.
Vila Turismo	1951	Ocupação de pessoas oriundas de outras áreas da cidade (Favela do Pinto, da Catacumba, do Esqueleto) e de outros estados. Há denúncias de que pessoas também ocupavam com fins especulativos. Daí a origem do nome Vila Turismo
Centro de Habitação Provisória - CHP2	1951	Construções provisórias feitas em alvenaria para abrigar removidos de outras áreas da cidade. O provisório se consolidou como permanente
Vila União	1955	Ocupação realizada em terreno público, no entorno do rio Jacaré. É atravessada pela adutora de água da CEDAE. Nos dados da prefeitura, pertence ao bairro de Benfica e não a Manguinhos.
Conjunto Nelson Mandela	1990	Conjunto de casas construídas pela prefeitura para assentar moradores que viviam sob situação de riscos da adutora de água. Atraso na entrega das casas resultou em ocupações por outros moradores e conflitos entre eles. As casas eram compostas por um banheiro e um quarto.
Conjunto Samora Machel	1991	Construído pela prefeitura para assentar pessoas de áreas de risco dentro de Manguinhos e Jacarezinho. Casas distribuídas em quadras, o que permitiu posteriormente a formação de pequenas vilas. A prefeitura construiu também uma creche.
Mandela de Pedra (Mandela II)	1995	Ocupação de terreno pertencente a Empresa de Correios e telégrafos- ECT, às margens do Canal do Cunha e vizinha da Refinaria de Manguinhos (REDUC). Há relatos de que essa ocupação tenha sido estimulada para fins especulativos por algumas pessoas. Considerada uma das favelas mais

		insalubres, apresenta elevado índice de violência associada ao tráfico de drogas elevado índice de concentração de pobreza. Atualmente com a obra do PAC uma parte das moradias foi removida.
Conjunto Samora II (Embratel)	2001	Ocupação de terreno da empresa Embratel. Há denúncia de ser organizada por traficantes de drogas, que cadastravam os moradores e organizavam as ocupações. Arruamento feito em formato de labirinto. Houve enfrentamento com a empresa ³ .
Vitória de Manguinhos (CONAB)	2002	Ocupação nos galpões deixados pela antiga CONAB. Moradores da Mandela de Pedra foram os ocupantes Há depoimentos do presidente da Associação de Moradores afirmando que o presidente da empresa (CONAB) estimulou o estabelecimento de um processo judicial para reintegração de posse.
Embratel (Nova Mandela)	2005	Ocupação de outra área pertencente à Embratel. Construções diferenciadas; numa parte, casas de alvenaria, com pavimentação, canalização de esgoto, e em outra, moradias precárias, estruturas insalubres e esgoto sem canalização, liberado pelos becos e ruas.
DSUP e Embratel	2010	Conjuntos residenciais construídos com os recursos do PAC. As famílias foram retiradas de áreas de risco em Manguinhos ou das residências que se localizavam em áreas que se construiria alguma coisa referente ao PAC.

Fonte: Histórias de Pessoas e Lugares, 2009. Acrescentamos o Conjunto habitacional do DSUP e da EMBRATEL construídos mais recentemente com recursos do PAC.

³ A favela da Embratel, atualmente, foi toda removida e foi construído um conjunto habitacional para abrigar as famílias.

As transformações na paisagem de Manguinhos ao longo dos cento e onze anos de sua formação são produtos de mudanças significativas na produção do espaço, revelando as práticas espaciais expressas através das formas de uso.

Santos (1985) propõe como categorias para analisarmos o espaço, a dialética entre forma, função, estrutura e processo, percebendo nesse contexto a espacialidade humana como meio e condição social, ou seja, como parte integrante das complexas e mutáveis relações entre existência e reprodução social.

Com base na síntese elaborada por Ferreira (2007, p. 206) visualizamos as demais categorias de produção do espaço.

- (i) Função relaciona-se diretamente a forma, seria a atividade elementar de que a forma espacial se revestiria. As funções estariam materializadas nas formas que por sua vez seriam criadas a partir de uma ou várias funções. Em muitos casos formas antigas são mantidas apesar de desempenharem novas funções;
- (ii) Novas funções acabam por acarretar o acréscimo de novas formas ao espaço urbano;
- (iii) Estrutura social, dependendo do momento histórico, contribui ora para transformação das formas ora para a permanência.

Lefebvre (1971,p.50) cita a importância na produção do espaço dessas quatro categorias, reforçando porém que o processo deve ser visto como ação contínua, como movimento que vai do passado ao presente e deste ao futuro. Desse modo, o processo atravessa as demais categorias de produção do espaço, como uma propriedade das outras três.

Entendendo que as espacialidades são produtos dos processos sociais, externalizando tensões que ocorrem nas relações entre os sujeitos na produção do espaço, onde conflitos no uso geram formas desiguais de apropriação, concordamos com Ferreira (2011, p. 36) quando afirma que “as relações sociais

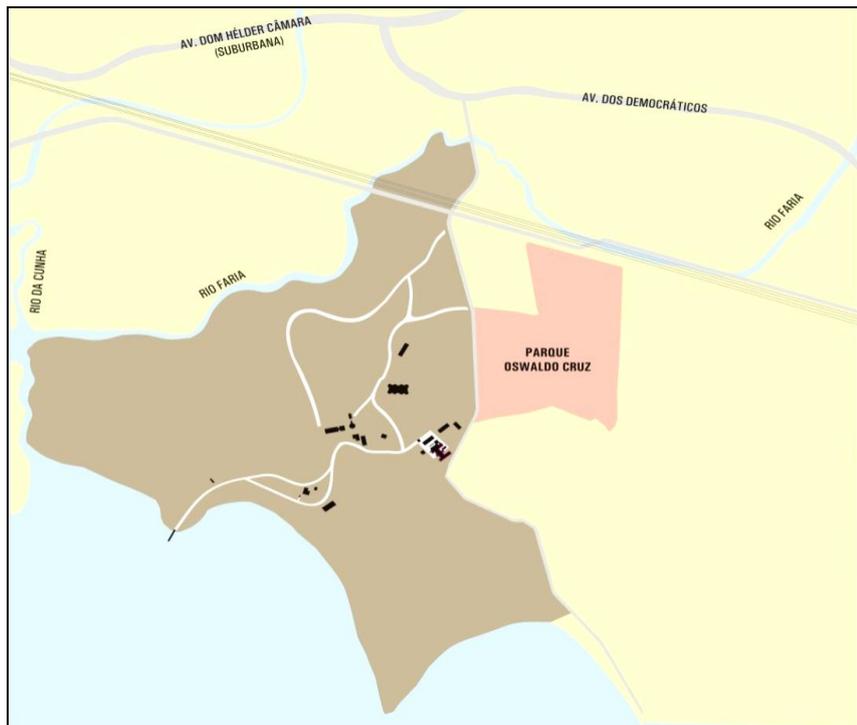
são sempre espaciais e existem a partir da construção de certas espacialidades. (...) A espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, ou seja, a sua construção como um produto de processos sociais e rebatimentos materiais; ao mesmo tempo concreta e abstrata”.

As formas são resultantes de inúmeros processos que, por conseguinte, proporcionam novas formas e novos processos, ou seja, expressam a dialética das espacialidades e evidenciam as práticas espaciais que constituem a história de formação de Manguinhos. Evidenciados nas formas de uso do solo e nas relações sociais, essas espacialidades estão presentes em inúmeros processos, como os aterramentos do ecossistema original – o manguezal; a ocupação e expansão das favelas através das remoções de populações oriundas de outras áreas da cidade para Manguinhos; a formação dos depósitos de lixos; a instalação de empresas e indústrias, seguida por posteriores abandonos; a ocupação no entorno dos rios e sua intensa poluição; a estigmatização produzida ao longo de sua história de formação.

Isso nos remete aos processos de produção e de circulação do capital, pois o seu desenvolvimento, que é geográfico e desigual (Harvey, 2006), de tempos em tempos reorganiza-se, produzindo, como enuncia Brandão (2007) novas geografias, produzindo novas escalas, novos pontos nodais, rearranjando as forças da polarização e de dominação regionais.

Santos (1992, p. 49) afirma que “o espaço é resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade.” Os mapas a seguir nos mostram o processo de expansão e ocupação de Manguinhos em momentos distintos, desde Amorim, primeira ocupação no início do século passado até o ano de 2007 com as últimas ocupações – Vitória de Manguinhos (CONAB) e Nova Era (Embratel), antes das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Manguinhos.

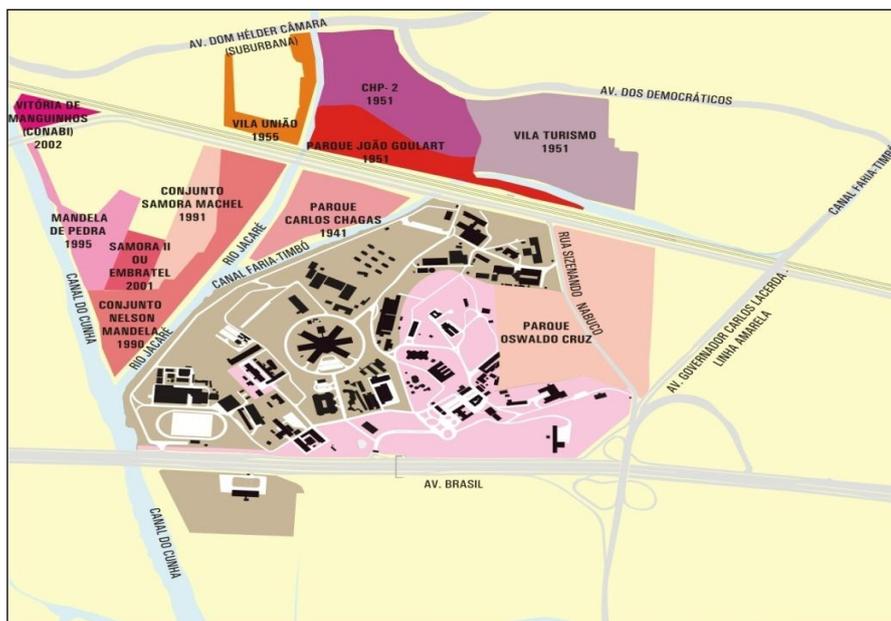
Mapa 1.3: Ocupação de Manguinhos no início do século XX



Fonte: LTM- Laboratório Territorial de Manguinhos, 2007.

No início do século XX surgem as primeiras ocupações no entorno do então Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz.

Mapa 1.4: Ocupação de Manguinhos no final do século XX e início do XXI



LTM - Laboratório Territorial de Manguinhos, 2007.

No início do século XXI, cerca de onze favelas eram identificadas como Manguinhos. Localizadas no entorno das avenidas Leopoldo Bulhões, D. Helder Câmara, Avenida Brasil, da Fundação Osvaldo Cruz-FIOCRUZ, da refinaria de Manguinhos, dos rios Faria-Timbó e rio Jacaré, integrantes da sub-bacia do Canal do Cunha.

Como produto-produtor do espaço social, Manguinhos se constitui numa construção histórica, que expressa no presente o que se estabeleceu no decorrer dos processos que constituíram as temporalidades, onde as espacialidades estão dadas pelas formas e funções decorrentes da dinâmica de desenvolvimento do espaço na cidade. As dinâmicas se estabelecem nas inter-relações a partir da correlação de forças dos atores sociais em questão, que foram definindo/redefinindo o modo e o uso de ocupação do solo.

Segundo Costa e Fernandes (2009), foram vários projetos urbano-sociais para Manguinhos no decorrer de cem anos de sua formação, no qual prevaleceram os projetos de urbanização, que apresentavam essa área como estratégica para o crescimento e a consolidação dos subúrbios destinados especialmente as atividades industriais.

Os principais projetos de intervenção e urbanização para Manguinhos revelam a presença-ausência do poder público, pois embora estivessem em sintonia com as ações implementadas no conjunto da cidade, sob a ótica de um modelo civilizatório de desenvolvimento, não foram construídos com base na subjetividade do lugar, mas sempre numa perspectiva vista a partir de fora, do geral, desconsiderando as condições do ambiente, os processos de ocupação, o espaço vivido.

Algumas intervenções no decorrer desses anos nos revelam isso, como os projetos de saneamento com a retificação de três rios (Rio Faria, Timbó e Jacaré), a existência de “áreas vazias” que foram objetos de ocupação, entre os anos 1920 e 1940, e que não resolveram os problemas relacionados às enchentes; os projetos habitacionais entre 1940 e 1950 para abrigar provisoriamente a população que era removida de outros bairros da cidade, sobretudo zona sul e migrantes de outros estados; a abertura da Av. Brasil em 1940, que era enfatizada como a eminência

do progresso trazendo benefícios para a população; a década de 1980 foi marcada por projetos que visavam incorporar a favela ao conjunto da cidade, com discursos pautados pelo direito a cidadania, mas que buscavam a sustentação política de vários grupos que passaram a assumir a comunidade com interesses eleitoreiros.

Estamos considerando como presença a relação do poder público, tanto do âmbito da cidade como um todo, onde sua ação é mais pontual em algumas áreas e de menor incremento em outras, como também sua atuação nas áreas com menor interesse especulativo, de maior concentração de pobreza, onde a presença se revela nas mais variadas formas de controle social, onde a ação policial é a que tem sido a mais evidente ação do poder público.

Insistimos nessa dialógica⁴ entre presença-ausência, pois a atuação do poder público, ou seja, a sua presença nos sugere a sua ausência, materializada nas formas nas quais os projetos, as propostas são conduzidas apresentando desconhecimento e uma desconsideração com as subjetividades dos lugares. E em concomitância às ações implementadas pelo poder público há inúmeras outras situações (em geral, a maioria) que refletem a sua ineficácia, portanto ausência no que diz respeito a sua atuação.

A carência de equipamentos públicos, bem como de serviços elementares, a inoperância e o descaso na atuação dos órgãos públicos com a deficiência de atendimentos dos serviços públicos, a falta de infraestrutura, o desrespeito à população em que pese a relação com o poder público, são também exemplos da presença-ausência do poder público.

Como acrescenta Costa e Fernandes (1999, p. 63), “as comunidades de Manguinhos se depararam, ao longo do século XX e início do século XXI, com diversas conjunturas e políticas urbanas e habitacionais, apresentando diferenças entre elas e em relação aos demais espaços de ocupação popular do Rio de Janeiro”.

⁴ Dialógica- O termo quer dizer que duas lógicas, dois princípios, estão unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade. Morin (2002).

A permissividade em relação ao processo de ocupação do espaço, as ações públicas fragmentadas e dispersas associadas à utilização política, se traduzem numa combinação em que o espaço está à mercê de interesses particulares, o que, historicamente, tem comprometido o bem estar da coletividade⁵.

As práticas espaciais conjuntamente com as representações do espaço expressam as relações sociais e revelam um conjunto de interesses na produção e reprodução do espaço, que por vezes são contraditórios e por outras vezes são convergentes. Na produção do espaço em Manguinhos, além do poder público, outros segmentos disputam o poder e interferem na dinâmica local, utilizando-o na perspectiva de assegurar seus interesses.

1.2. Censo Domiciliar e Empresarial de Manguinhos

No ano de 2008, realizou-se o I Censo Domiciliar e Empresarial de Favelas, executado pelo Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) da Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que serviu de embasamento para elaboração das etapas seguintes das intervenções do PAC. O censo definiria, por exemplo, o perfil das moradias, a quantidade de cômodos, o número de residentes em cada moradia, assim como identificaria o perfil e nome dos proprietários.

A metodologia para a elaboração dos projetos urbanos que visem à captação de recursos junto ao governo federal não impõe, necessariamente, a apresentação de dados de população, condições de moradia e serviços. Em geral o mérito da proposta está no histórico da ocupação e nas condições de vida da população.

⁵ Em Manguinhos, diferenciados atores interagem no processo de produção do espaço. O poder público, a Fundação Oswaldo Cruz, as associações de moradores são os locais mais visíveis de atuação desses atores. Todavia, há um grande número de ONGs/OSCIPs, igrejas e partidos políticos que no cotidiano desenvolvem atividades com base em agendas pautadas por interesses determinados. O que chama atenção é o fato de que essas agendas poucas vezes se entrecruzam, o que direta ou indiretamente acaba por contribuir para um histórico de fragmentação e dispersão de estratégias, esforços, recursos e mobilização social.

A fim de produzir uma leitura mais atualizada sobre o Complexo de Manguinhos, vamos tomar como referência o Censo Domiciliar e Empresarial de Favelas que teve a duração de um ano (2008/2009), sendo concluído e apresentado em março de 2010⁶. Segundo o EGP (2010), o objetivo do Censo era conhecer o perfil detalhado dos moradores das favelas e conhecer seus principais problemas, partindo do ponto de vista dos moradores, para a futura implantação de políticas públicas.

O argumento principal do censo foi o de se constituir numa atividade prévia ao início das obras em Manguinhos, serviria de base para reorientar algumas diretrizes, fazendo ampliar os projetos previamente desenhados, assegurando que alguns interesses da comunidade pudessem estar representados no mapa de investimentos públicos.

Antes de apresentar alguns dados do censo, cabe esclarecer que a bibliografia encontrada sobre o Complexo de Manguinhos trabalha com informações diferenciadas acerca da quantidade de favelas que o compõe, indo de doze até dezesseis favelas. As justificativas são variadas, vão desde a localização geográfica, passando pela questão da identidade de algumas favelas com a localidade em questão, assim como a possibilidade de receber recursos com as intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – aproximou algumas favelas que se localizavam no entorno, mas que antes não se identificavam como pertencentes ao Complexo de Manguinhos. Seus representantes, no intuito de assim obter favorecimentos e ganhos para suas localidades assim se nomearam, ampliando o que já se constituía num complexo de favelas.

Trabalharemos com a definição Complexo de Manguinhos associada às favelas que são objeto da intervenção pública materializada no PAC Manguinhos. São elas: Vila Turismo, Vila União, Mandela de Pedra, CHP2, Comunidade de Higienópolis, CCPL, Conjunto Nelson Mandela, Conjunto Samora Machel,

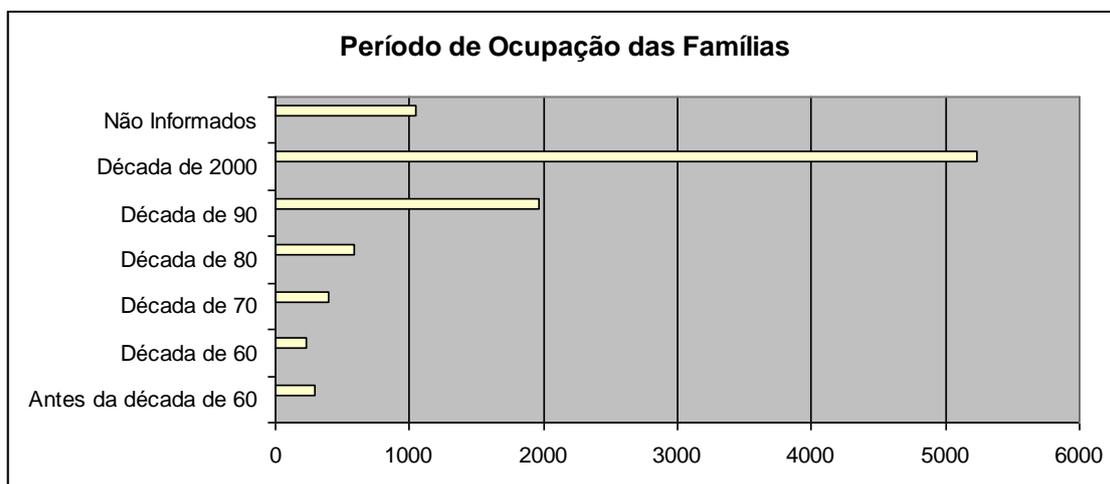
⁶ Esse trabalho se insere no âmbito das atribuições do PAC-SOCIAL. Sua base de dados foi montada a partir da contratação de pessoas residentes em Manguinhos. Algumas críticas foram feitas à forma como o Censo foi executado, sobretudo a área de atuação que não ocorreu por todo complexo.

Parque Oswaldo Cruz, Parque João Goulart, Parque Carlos Chagas, Vitória de Mangueiros, Vila São Pedro, Vila Vitória e Nova Era.

Os dados do Censo apontam para a existência de 11.577 domicílios no Complexo de Mangueiros, onde, segundo informações da pesquisa, cerca de 9.760 moradores foram entrevistados, ficando de fora algo em torno de 16% dos domicílios. Tomando como referência a média do IBGE de 3,8 pessoas por domicílio, a população de Mangueiros equivale a aproximadamente 44.000 mil habitantes, sendo 52,4% do sexo feminino e 47,6% do sexo masculino.

No que diz respeito ao processo de ocupação residencial de Mangueiros, a pesquisa aponta para um acréscimo populacional na década de 1990. Alguns fatores contribuíram para isso, destacando-se a construção dos conjuntos habitacionais e o reassentamento das famílias que foram vítimas das enchentes que assolaram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1998. No ano de 2000, houve também um crescimento acelerado em função do aumento de ocupações na Avenida Leopoldo Bulhões (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1: Período de ocupação das famílias

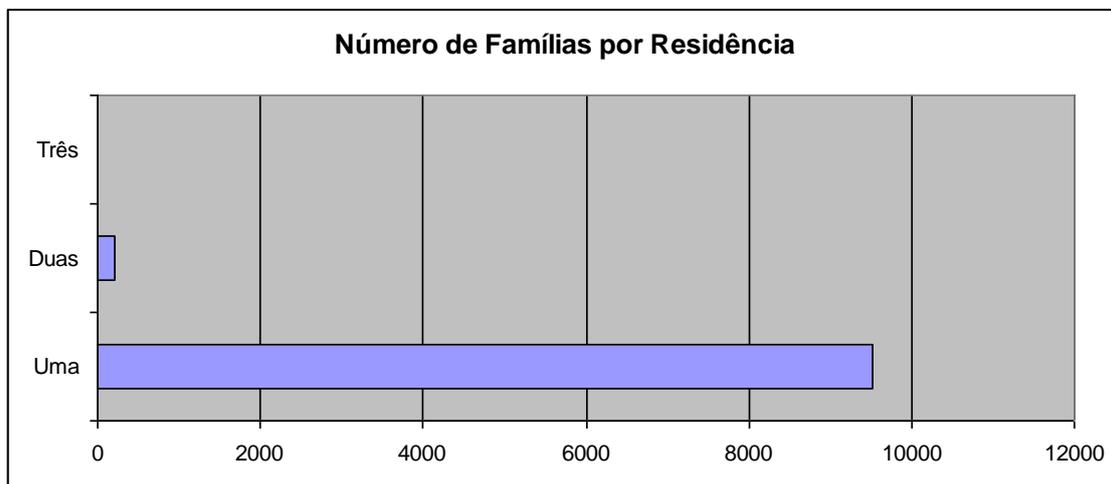


Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010.

A importância da questão habitacional no âmbito do PAC/FAVELAS – Programa Nacional de Urbanização de Favelas – torna imprescindível uma leitura apurada dos domicílios no Complexo de Mangueiros, na perspectiva de entender

a problemática situada no campo da moradia. Os domicílios no Complexo de Manguinhos são em grande maioria unifamiliares (Gráfico 1.2), todavia, esse quadro por si só não traduz os limites das habitações naquilo que ela representa para a qualidade de vida da população. Ainda que os números do I Censo de Domiciliar e Empresarial de Manguinhos não indiquem um processo de coabitação, é preciso discutir essa questão, na medida em que isso ocorre em famílias que apresentam renda entre 0-3 salários mínimos. Não é sem razão que o déficit habitacional tem grande peso nas famílias com este perfil de renda.

Gráfico 1.2: Número de famílias por residências



Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010.

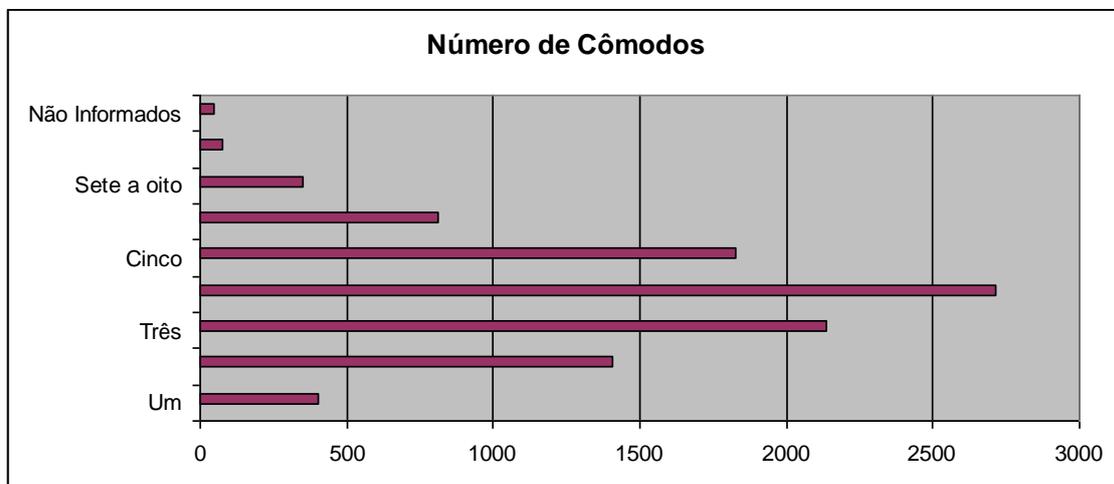
A quantidade de cômodos e dormitórios nos domicílios (Gráficos 1.3 e 1.4) é outro aspecto importante. A inadequação das habitações revela uma dimensão do déficit habitacional, que por vezes é substituído pelo fato do debate se concentrar apenas na produção de moradias.

Os dados do I Censo de Domicílios de Manguinhos indicam que a maioria apresenta entre dois e quatro compartimentos, o que representa quarto, sala, cozinha e banheiro. O tamanho dos domicílios deve ser percebido em relação à quantidade de pessoas que nele habitam. Em se tratando de um espaço com

grande adensamento populacional, a média de cômodos por moradores por unidade habitacional não deve ser a mais adequada.

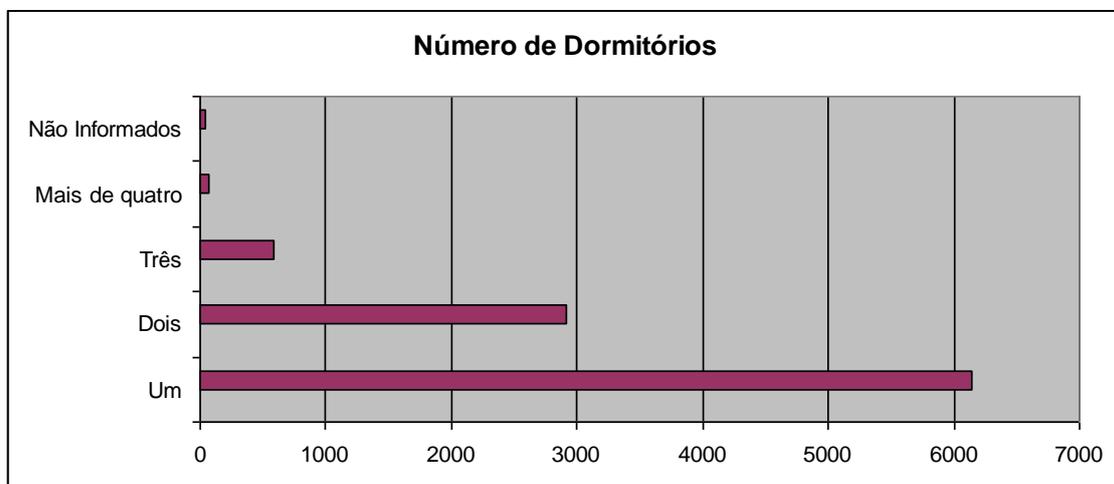
O perfil habitacional do Complexo de Manguinhos denuncia a precariedade e a inadequação das habitações: paredes inacabadas, casas expostas ao calor intenso e excessivo, áreas insalubres, o que provoca a proliferação de alguns vetores. A ausência de uma habitação saudável é reclamada pela população quando lhe é perguntado a respeito das condições de sua moradia.

Gráfico 1.3: Número de cômodos



Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010.

Gráfico 1.4: Número de domicílios

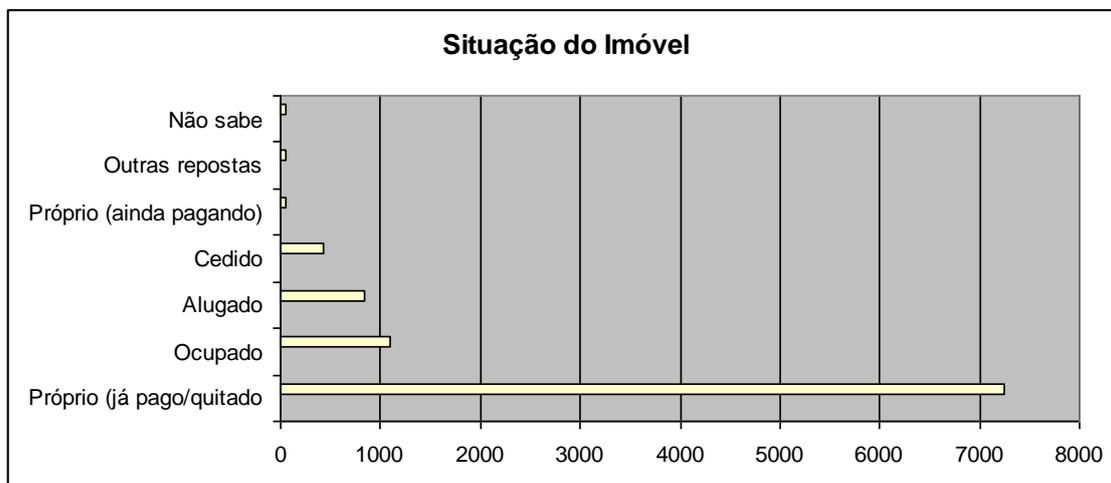


Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010.

A regularização fundiária é um instrumento da política urbana. Ela objetiva ordenar e desenvolver as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, garantindo ao cidadão o acesso à terra urbanizada e à moradia. O PAC/FAVELAS/Programa Nacional de Urbanização de Favelas preconiza que será por meio da gestão democrática, com a participação da população e de seus segmentos organizados, que a regularização fundiária contribuirá para o bem-estar social, corrigirá distorções urbanas e, ainda, evitará novas ocupações irregulares e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

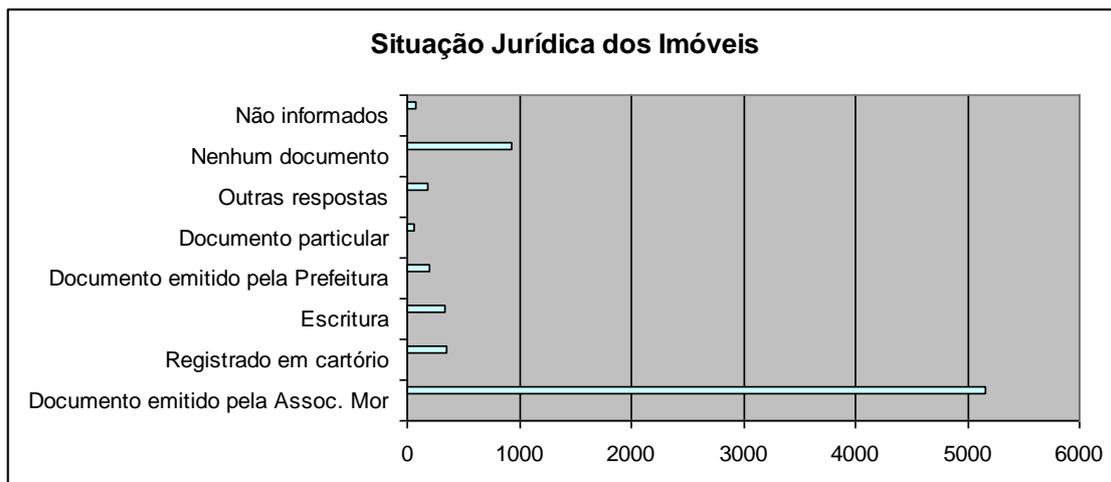
No Complexo de Manguinhos, aproximadamente 80% dos imóveis são próprios (Gráfico 1.5). Todavia, é substancial perceber que a propriedade está assegurada através da formalização de uma relação com a associação de moradores, que a materializa num documento formal que indica a propriedade (Gráfico 1.6). Mais de 70% dos domicílios que se dizem próprios e quitados tem nessa relação local a garantia de que o imóvel é de sua propriedade.

Gráfico 1.5: Situação do imóvel



Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010

Gráfico 1.6: Situação jurídica dos imóveis



Fonte: I Censo Domiciliar e Empresarial das Favelas, 2010.

A relação entre habitação, infraestrutura e serviços encerra um tripé essencial para se pensar as condições de habitabilidade da população. No Complexo de Manguinhos, o I Censo Domiciliar e Empresarial apresenta alguns dados importantes acerca de alguns serviços essenciais e de infraestrutura. É substancial perceber que mais de 90% da população tem acesso à água encanada não oficial⁷. Os serviços de esgotamento sanitário são coletados por uma rede geral, mas não recebem tratamento com destinação final adequada, pois são destinados *in natura* nos rios Faria- Timbó, Jacaré ou no Canal do Cunha.⁸

Em relação aos serviços de coleta de lixo, a frequência com que o lixo é retirado, os indicadores são positivos, embora a questão do lixo demandasse por parte do poder público uma atenção especial no que diz respeito a um trabalho mais aprofundado voltado para a questão ambiental. Em relação à energia elétrica e à iluminação pública, os dados dão conta de uma universalização, todavia, aproximadamente 50% são clandestinas e irregulares. O adensamento populacional aliado à falta de planejamento na ocupação do espaço, fez com que o acesso, a mobilidade às residências praticamente ficasse restrita aos becos e ruas

⁷ Os números expressivos em relação a esses serviços estão diretamente associados as ligações clandestinas e irregulares realizadas pelos moradores junto a rede de abastecimento de água da CEDAE que corta o Complexo de Manguinhos.

⁸ Mesmo com as obras de intervenção do PAC que proporcionou a pavimentação das ruas e o fim das “valas a céu aberto”, o esgoto ainda continua sem tratamento adequado, tendo como destino os rios que estão no entorno ,ou seja, “a sujeira foi jogada pra debaixo do tapete.”

de pedestres⁹. A pavimentação existe em apenas um terço do Complexo de Manguinhos.

O censo foi muito criticado pelos moradores e pelos representantes do movimento social em geral. Dentre os principais questionamentos estaria que a pesquisa não foi realizada em todas as favelas do Complexo, portanto, não expressaria à realidade de Manguinhos. Outro componente importante a se somar nas críticas feitas ao Censo foi a forma de abordagem dos recenseadores e o número insuficiente de domicílios entrevistados.

O objetivo do censo era o de traçar o perfil da população, porém na sua elaboração, não permitiu que os moradores expressassem suas prioridades e definissem os eixos que uma intervenção do poder público como o PAC, viesse desenvolver a fim de produzir políticas públicas destinadas a solucionar problemas que têm afligido a população de Manguinhos.

Com o intuito de conhecer a realidade local para modificá-la, a pesquisa da forma como foi conduzida não permitiu esse desvendamento e tão pouco foi capaz de servir como instrumento para um processo democrático, no qual os que vivem o cotidiano possam contribuir nas propostas de transformação do espaço.

A ausência ou mesmo a precariedade de informações sobre as favelas que compõem o Complexo de Manguinhos é de chamar a atenção. Anterior ao censo o que havia era a base de dados do IBGE, que não dispõe de informações agregadas que possibilitasse uma leitura particular sobre cada localidade que foi objeto das intervenções.

A bibliografia sobre Manguinhos que encontramos apresenta vários diálogos e conexões ligados às políticas públicas estabelecidas, sobretudo no que diz respeito à saúde ambiental. Muitos desses estudos tratam o desenvolvimento local desconectado do global, constituindo-se em abordagens que tratam de

⁹ Em virtude dessas características o projeto de arquitetura desenvolvido pelo arquiteto Jorge Mario Jauregui tem na sua concepção um forte apelo à circulação interna. Em entrevistas e espaços de debate recorrentes, o arquiteto afirma ser necessário aumentar os fluxos internos, pois argumenta que isso contribui para a chegada de novos bens e serviços públicos, além de ampliar a segurança da população. Há uma intencionalidade por vezes velada na apresentação deste conceito, pois a estratégia de ampliar o controle do espaço, assegurando também entradas e saídas das forças de segurança no espaço, o que também é uma intenção.

determinados objetos, sem um olhar mais atento às relações destes com os demais, portanto com o global. Chegando a se traduzir numa espécie do que Brandão chama de endogenia exagerada (2007) que é quando acreditamos que o local pode tudo, e que, portanto, as microdecisões, os microprocessos seriam capazes de justificar e resolver questões que estão também presentes em outras escalas e dimensões.

Segundo Brandão (2007, p. 35-37), esta endogenia exagerada das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem autocontrole sobre o seu destino, e procura promover sua governança virtuosa lugareira. Classes sociais, ação pública, hegemonia, etc. seriam componentes, forças e características de um passado totalmente superado, ou a ser superado.

1.3. A construção do Direito à Cidade

As cidades brasileiras, produto da modernização conservadora (Porto-Gonçalves, 2004), sobretudo a partir da segunda metade do século XX, refletiram os modelos de cidades cujas matrizes que as constituíram emanaram de uma lógica na qual se pretendia impulsionar o crescimento econômico a todo custo. O preço pago foi alto, pois a essência desse modelo se pautou numa extrema desigualdade de acesso e de possibilidades, onde a urbanização surge como solução para os problemas da cidade.

Os processos de urbanização no Brasil revelam os modelos de ocupação ao longo dos anos, cujo assentamento em favelas, com suas características morfológicas e composição social, foram sendo considerados como o lugar da ilegalidade, da desordem e do descumprimento às normas estabelecidas pelos grupos que exercem poder político e econômico nas cidades.

O direito à cidade tem estado presente na agenda dos movimentos, nos discursos progressistas, na luta pela reforma urbana, sobretudo a partir da Constituição de 1988, como resultante das inúmeras articulações dos movimentos

sociais. Na luta pelo direito a moradia, por exemplo, buscando-se atribuir uma função social a terra urbana, a política habitacional foi concebida como parte integrante da política urbana, e hoje se constitui num dos desafios a ser enfrentado em se tratando dos direitos da população à moradia, hoje muito propagada como um dos direitos à cidade.

Alguns autores irão indicar as causas, identificar possibilidades, apontar soluções e os caminhos de uma construção de direito à cidade associada ao processo de desenvolvimento, urbanização e sustentabilidade. Para Ribeiro e Cardoso (1996), a gênese do urbanismo brasileiro data dos anos de 1930, pautada por uma noção de justiça social que surge não de uma questão operária, mas de uma questão nacional. Prosseguem:

Parece estranho que nesse momento (a era Vargas) a cidade não seja tematizada como objeto de uma intervenção modeladora de comportamentos, principalmente se considerarmos que as bases de legitimação do regime tinham forte expressão urbana. (...) O peso do anti-urbanismo pode também ser explicado pelo fato de, durante um largo período, ainda, o regime se compor de um pacto entre setores das classes dominantes onde as oligarquias tinham um peso acentuado. A importância política do regionalismo, aliado a um processo de industrialização ainda em expansão, fizeram com que o urbano não fosse tematizado como questão.

No ápice do conceito de desenvolvimento, por volta de 1950, a tecnocracia que viveu a serviço do nacional-desenvolvimentismo, agora predomina na formulação da questão urbana. O projeto de nação está centrado no eixo econômico, na busca por articular esse projeto com uma prática de modernização acelerada baseada na internacionalização da economia.

Ribeiro e Cardoso (1996), afirmam que

Os temas da nação e da modernização levam os nossos reformadores a colocar a questão urbana como questão do desenvolvimento. Ao fim deste período, principalmente a partir do surgimento dos movimentos sociais da cidade, a dimensão social passa a predominar na tematização da questão urbana. O urbanismo é acionado como instrumento importante na formulação de diagnósticos sobre os problemas urbanos.

As questões assinaladas por Ribeiro e Cardoso (1996) devem ser percebidas ao longo de um processo de disputas conceituais e políticas em torno da emergência do urbano. Os autores destacam o papel dos setores progressistas e

da esquerda na perspectiva de ampliar o campo de questões na elaboração do diagnóstico dos problemas urbanos. O primeiro passo foi incluir a habitação e a cidade nas reformas de base¹⁰. A partir dessa perspectiva, identificam-se os primeiros movimentos na sociedade¹¹ articulados em torno daquilo que Ribeiro e Cardoso (1996) vão chamar de reforma urbana modernizadora. Para esses autores suas principais características são

- (i) Politização do diagnóstico desenvolvimentista. Os “problemas urbanos” no interior do ideário das reformas de base;
- (ii) O objeto da intervenção é o espaço nacional, por intermédio de políticas públicas centralizadas, racionalizadoras e redistributivas. Ênfase no problema habitacional. (1996, p. 70).

Após a interrupção deste debate, em virtude da ditadura militar, é retomado por conta do processo constituinte no ano de 1988, em que a conjuntura política é outra. A participação social estava mais ampliada e o ambiente político suscitava o debate sobre a cidade. Para este novo momento, Ribeiro e Cardoso (1996) assinalam o resgate do caráter redistributivo da proposta de Reforma Urbana de 1963 e a ampliação da agenda com o tema dos direitos sociais. Os autores vão assim descrever as características básicas daquilo que vão chamar de reforma urbana redistributiva

Diagnóstico centrado nas desigualdades sociais e nos direitos sociais. Estabelece uma distinção entre ganhos lícitos e ilícitos na produção da cidade. A exclusão social e política das camadas populares é o eixo do discurso; e o objeto da intervenção e a propriedade privada da terra, o uso do solo urbano e a participação direta das camadas populares na gestão da cidade.

¹⁰ Constituíam-se no somatório de reformas da chamada bandeira unificadora, e dela se destacavam vários movimentos, dentre os quais buscavam realizar as reformas agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana. O movimento das reformas de base era resultado das aspirações da classe média, dos trabalhadores e da classe empresarial nacionalista. Eram idéias que estavam mobilizando grande parcela do povo brasileiro.

¹¹ Ribeiro e Cardoso (1996) destacam a realização do Seminário Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963 como um marco importante na expressão da esquerda a cerca do urbano que emerge desde os anos 30 do século passado. “Para os autores, as correntes progressistas” aparentemente hegemônicas pelo Partido Comunista”, são os responsáveis por esse movimento.

A reflexão de Lefebvre (1969) acerca do direito à cidade destaca o direito dos cidadãos à cidade, esta enquanto obra, ou mesmo uma conquista dos próprios cidadãos. Diz ele,

A cidade, obra e lugares perpétuos dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as mesmas instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

A construção de uma possível utopia passa centralmente pela elaboração de uma estratégia urbana capaz de articular alguns elementos essenciais: (i) democracia; (ii) reforma urbana; (iii) revolução permanente e (iv) mudanças locais, onde a democracia deve ser percebida enquanto valor universal, capaz de incorporar um grande número de atores sociais, políticos e econômicos ao debate sobre o futuro da cidade.

Democratizar é tornar público o debate sobre os problemas urbanos, construir esferas públicas onde a população de uma forma geral, ou a partir de suas representações, possa apresentar as suas questões, demandas e propostas. O estabelecimento de um ambiente democrático proporciona à cidade as condições para enfrentar questões centrais no debate urbano contemporâneo, como a fragmentação e segregação urbana e a construção de autonomias.

Para tanto, é preciso ter clareza e, sobretudo vontade política para incorporar novos atores e constituir arenas ou esferas públicas de debate que tenham poder real para interferir na construção, implantação e monitoramento das políticas públicas. Ações dessa natureza se constituem numa transformação das relações no espaço, à medida que os atores são incorporados à tomada de decisão, assegurando mais transparência, amplitude e sustentabilidade à política que deverá ser implantada.

1.4.

O Direito à Cidade enquanto estratégia de construção da verdadeira democracia

O processo onde a reforma urbana emerge enquanto uma estratégia de direitos trouxe consigo outro elemento importante, o planejamento. Este surgiu como uma resposta aos problemas enfrentados pelas cidades, tanto aqueles não resolvidos pelo urbanismo, quanto àqueles causados por ele. O planejamento marca uma mudança na forma de encarar a cidade e seus problemas.

O planejamento urbano se constitui numa ferramenta importante, pois ultrapassa a busca pelo modelo de cidade ideal e universal para a solução de problemas práticos, concretos, buscando estabelecer mecanismos de controle dos processos urbanos ao longo do tempo, onde a cidade real passa a ser o foco, ao invés da cidade ideal.

O processo de urbanização é dinâmico e a cidade é o resultado de sua própria história, nesse sentido, a cidade deve ser vista não mais como um modelo ideal a ser concebido por urbanistas. Neste debate podemos observar a contribuição de Harvey (2004), pois acredita que a cidade deve ser vista como direito, portanto base da vida real, espaço concreto, tempo presente. No imaginário da cidade ideal, o espaço e o tempo são abstrações, refletem o pensamento de planejadores do estado capitalista e do capital. Harvey (2004) adverte que “a complexidade do processo de urbanização está diretamente associada à atuação de agentes capitalistas que são capazes de influenciar o estado em suas várias instâncias, com isso asseguram de forma ampliada a reprodução do seu capital”.

Superar o viés tecnocrático da elaboração dos planejamentos está na ordem do dia, numa perspectiva mais representativa da dialética entre vivido, concebido e percebido, pois o ideário da reforma urbana impõe o respeito às possibilidades reais que apresenta cada localidade, à sua história e mais, às fases concretas dos processos de organização social é o que nos diz Ribeiro (1990, p. 14).

O exercício do planejamento é o de fazer cotidianamente escolhas, sua ação para atingir os objetivos propostos precisará não apenas ampliar as áreas de

conhecimento envolvidas no processo, como também ampliar o campo de atores no debate. Aqui reside a complexidade do planejamento urbano na atualidade, pois como Ribeiro (1990) chama atenção, há uma tendência à homogeneização do espaço pelo pensamento técnico.

A administração pública de uma forma geral tem incorporado ao seu ideário de gestão o exercício do planejamento, todavia, ainda é possível com alguma frequência percebê-la como forma de “realizar uma intervenção política com a finalidade de regular as contradições, assegurar os interesses de classe e a reprodução estrutural do modo de produção dominante” (Santos, 1995, p. 33).

Esta concepção altera sobremaneira a forma como os investimentos públicos são realizados no espaço, na medida em que a participação popular e o diálogo passam a ser condição para o pleno desenvolvimento das ações públicas e a garantir-lhes sustentabilidades ao longo do tempo.

O planejamento e a ação do Estado, em tese, ainda se encontram protegidos contra o movimento social e outros sujeitos sociais capazes de alterar a correlação de forças na perspectiva de transformação do espaço urbano. O planejamento urbano, enquanto elemento estratégico da reforma urbana e do direito à cidade, devem ter como premissa a democracia. Não há como planejar negando a participação, excluindo quem pensa diferente ou tem força de mobilização social e capacidade intelectual para discordar e alterar os interesses apresentados pelo poder público. Deve ser pensado a partir de e sobre variadas dimensões, levando sempre em consideração que as atividades humanas e o espaço devam estar conectados, sendo impossível pensar o espaço sem levar em consideração as pessoas enquanto protagonistas das transformações sociais.

Entendendo que o direito à cidade perpassa a compreensão da mesma como obra e, portanto, em constante movimento, aberta e verdadeiramente democrática, percebemos que o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC Manguinhos, apresenta possibilidades de construção do direito à cidade, sobretudo no plano do discurso, mas esbarra em antigos padrões de construção de suas representações, nas intencionalidades presentes nas ações dos sujeitos, nas relações de poder instituídas na produção desse espaço, que impedem essa

construção.

Ao decodificar o espaço em prática espacial, representações do espaço e espaços de representações, Lefebvre (1974) ressalta a importância das relações entre os sujeitos sociais e como se integram no espaço, que é social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, não podendo ser consideradas de forma isolada, mas numa relação dialética.